

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sul América Seguro Saúde S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer dos auditores independentes. O ano de 2012 foi caracterizado por desaceleração do crescimento econômico, tanto na economia mundial, quanto na economia brasileira. Segundo estimativas do FMI, o PIB (Produto Interno Bruto) global deve ter se expandido cerca de 3%. A desaceleração das economias americana e chinesa explica boa parte do fraco desempenho da economia mundial no ano. A atividade econômica brasileira teve crescimento modesto em 2012. Segundo as projeções do mercado, o PIB deve ter se expandido 1% no ano, dando sequência ao fraco resultado verificado em 2011, quando a economia cresceu 2,7%. O desempenho neste ano de 2012 foi reflexo da fraqueza da atividade industrial, devido à baixa competitividade do setor ante a concorrência externa. Além disso, o recuo dos investimentos diante das incertezas presentes no cenário internacional e o fraco crescimento doméstico também contribuiu para o crescimento abaixo da meta. As despesas com consumo, o motor da expansão econômica dos últimos anos, também perderam força em 2012. O elevado grau de endividamento das famílias e o consequente aumento da inadimplência (principalmente no setor automotivo) explicam a diminuição do ritmo de crescimento do consumo neste ano de 2012. Ante uma atividade econômica decepcionante, as autoridades governamentais utilizaram instrumentos para estimular a economia. Dentre estas, é importante citar: - a queda da taxa básica de juros (Selic) para 7,25% ao final do ano, o menor patamar nominal da história recente; - isenções fiscais foram concedidas para setores produtores de bens duráveis de consumo (automóveis principalmente) e bens de capital; - a desvalorização do câmbio, buscando elevar a competitividade do setor industrial; e a renúncia fiscal junto com a perda de receita decorrente do menor ritmo de atividade doméstica, resultou em redução do esforço fiscal em 2012. O superávit fiscal primário foi de 1,9% do Produto Interno Bruto em novembro, distante da meta de 3,1% prevista para o ano. O menor ritmo da atividade não foi acompanhado por semelhante arrefecimento inflacionário. O IPCA encerrou 2012 com alta de 5,8%, contra 6,5% apurada em 2011, ou seja, não refletindo ainda um ambiente de inflação contida. A inflação foi beneficiada por vários fatores como: i) a política de controle de preços dos combustíveis; ii) ausência de reajuste de ônibus urbano em SP; iii) redução da tarifa de energia elétrica em importantes regiões metropolitanas; iv) reduções do IPI para linha branca, móveis e autos; v) mudança de ponderação do IPCA, promovida pelo IBGE; entre outros fatores. O comércio exterior brasileiro foi também prejudicado pela crise internacional, principalmente pelo menor crescimento do mercado chinês, que afetou negativamente as cotações das principais commodities exportadas pelo Brasil. As exportações recuaram ao longo de 2012, mas a fraca performance da demanda doméstica segurou as importações, permitindo que a balança comercial brasileira registresse superávit de US\$ 19 bilhões no ano (US\$ 29 bilhões em 2011). A entrada de recursos vindos do exterior também foi menor em 2012, mas suficiente para financiar o déficit em transações correntes. As reservas internacionais fecharam 2012 estáveis, em torno de US\$ 378 bilhões. Mesmo com um cenário externo adverso, alimentado pela aversão ao risco, o mercado de ações em geral fechou 2012 com ganho de 7,4%, atingindo 60.952 pontos (Ibovespa). No mercado de câmbio, a ação do Banco Central em produzir um câmbio mais competitivo levou a cotação do dólar a subir de R\$ 1,85 no início do ano para R\$ 2,04 ao final de 2012, resultando em depreciação de 13,1% no ano. Para 2013, o mercado tem a expectativa de crescimento ao redor de 3,3%. Esta recuperação será reflexo dos efeitos da flexibilização monetária, câmbio mais depreciado, política fiscal expansionista e a aceleração dos investimentos, principalmente no âmbito do PAC. No que tange à inflação, há uma perspectiva de 5,7% para o IPCA em 2013. A Companhia é uma empresa especializada em saúde com atuação no segmento de seguros grupais. De acordo com informações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no acumulado do ano até setembro de 2012, a receita de contraprestações das operadoras de planos privados de saúde totalizou R\$69,9 bilhões, apresentando um

crescimento de 11,5% em relação a mesmo período de 2011. No exercício findo em 31/12/2012, os prêmios ganhos de plano de assistência à saúde da Companhia totalizaram R\$5,4 bilhões, com aumento de 23,41%. Os sinistros indenizáveis líquidos somaram R\$4,3 bilhões, representando 78,6% dos prêmios ganhos. As despesas administrativas, incluídas as despesas com tributos, totalizaram R\$334,1 milhões e corresponderam a 6,2% dos prêmios ganhos. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$279,6 milhões e o patrimônio líquido atingiu R\$1,4 bilhão, com incremento de 15,5% sobre o ano anterior. Em 31/12/2012, os investimentos da Companhia eram compostos por: Sul América Serviços de Saúde S.A. no montante R\$80,1 milhões; Sul América Santa Cruz Participações S.A. no montante de R\$278,7 milhões; Sul América Saúde Companhia de Seguros no montante de R\$50,8 milhões e Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. no montante de R\$74,6 milhões.

Resultado do exercício e proposta para sua destinação:	2012	2011
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições</b> .....	<b>433,1</b>	<b>364,4</b>
(-) Impostos e contribuições .....	(136,3)	(127,6)
(-) Participações no resultado .....	(17,2)	(13,9)
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	<b>279,6</b>	<b>222,9</b>
(-) Constituição da Reserva Legal (5%) .....	(14,0)	(11,1)
<b>Lucro líquido ajustado</b> .....	<b>265,6</b>	<b>211,8</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b> .....		
25% do lucro líquido ajustado .....	66,4	52,9
<b>(-) Juros s/capital próprio líquido a ser considerado nos dividendos obrigatórios</b> .....	<b>59,0</b>	<b>-</b>
Bruto .....	70,0	-
Imposto de renda .....	(10,5)	-
<b>Saldo a pagar - Dividendos obrigatórios</b> .....	<b>6,9</b>	<b>52,9</b>

Destinação:	2012	2011
<b>Constituição de reserva estatutária</b> .....	<b>188,7</b>	<b>158,9</b>
Expansão dos negócios (71,25% do lucro líquido do exercício) .....	188,7	158,9

A distribuição do resultado demonstrada foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. A Companhia, no que se refere à avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários, conforme determina a legislação securitária vigente, observa a política de análise e gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguro. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS, e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e dessa forma, não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia é parte em acordo de acionistas celebrado em 10/05/2002 por seus controladores e o ING Insurance International B.V., regulando, entre outros, a política de governança corporativa da Companhia, as condições para alienação de suas ações de emissão, o direito de preferência para a sua aquisição e o exercício do direito de voto dos acionistas.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2013.  
A ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Notas	2012	2011	(Reclassificado)
<b>Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde</b> .....		<b>5.431.157</b>	<b>4.400.732</b>	
Prêmios retidos .....	22.1	5.492.796	4.449.383	
Variação das provisões técnicas .....	-	(5.796)	(3.613)	
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora .....	-	(55.843)	(45.038)	
<b>Sinistros indenizáveis líquidos</b> .....		<b>(4.269.407)</b>	<b>(3.465.158)</b>	
Sinistros conhecidos ou avisados .....	22.2	(4.662.759)	(3.920.017)	
Recuperação de sinistros conhecidos ou avisados .....	-	428.743	352.775	
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados .....	-	(35.391)	102.084	
<b>Resultado das operações com planos de assistência à saúde</b> .....		<b>1.161.750</b>	<b>935.574</b>	
Resultado de resseguro .....	22.3	2.016	8.654	
<b>Resultado bruto</b> .....		<b>1.163.766</b>	<b>944.228</b>	
Despesas de comercialização .....	22.4	(422.406)	(369.126)	
Despesas administrativas .....	22.5	(334.123)	(276.543)	
Outras receitas operacionais .....	-	1.246	391	
<b>Outras despesas operacionais</b> .....	<b>22.6</b>	<b>(147.788)</b>	<b>(124.557)</b>	
Provisão para perdas sobre créditos .....	-	(36.253)	(25.584)	
Outras .....	-	(111.535)	(98.973)	
<b>Resultado financeiro líquido</b> .....	<b>22.7</b>	<b>146.673</b>	<b>165.739</b>	
Receitas financeiras .....	22.8	204.409	207.086	
Despesas financeiras .....	22.9	(57.736)	(41.347)	
<b>Resultado patrimonial</b> .....	<b>12</b>	<b>25.685</b>	<b>24.295</b>	
Receitas patrimoniais .....	-	25.976	33.642	
Despesas patrimoniais .....	-	(291)	(9.347)	
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b> .....		<b>433.053</b>	<b>364.427</b>	
Imposto de renda .....	22.10.1	(93.914)	(80.376)	
Contribuição social .....	22.10.1	(60.805)	(55.038)	
Impostos diferidos .....	22.10.1	18.463	7.854	
Participações no resultado .....	-	(17.225)	(13.932)	
<b>Resultado Líquido</b> .....		<b>279.572</b>	<b>222.935</b>	
<b>Quantidade de ações</b> .....		<b>14.466.477</b>	<b>14.466.477</b>	
<b>Resultado líquido por ações - Em R\$</b> .....		<b>19,33</b>	<b>15,41</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011			
(Em milhares de reais)			
	Notas	2012	2011
<b>Resultado líquido do exercício</b> .....		<b>279.572</b>	<b>222.935</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b> .....		<b>11.901</b>	<b>5.111</b>
Ganhos não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda .....		16.328	8.128
Imposto de renda e contribuição social relacionados aos componentes dos outros resultados abrangentes .....	22.10.2	(6.531)	(3.251)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida pelo método de equivalência patrimonial .....	12	2.104	234
<b>Resultado abrangente do exercício</b> .....		<b>291.473</b>	<b>228.046</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011			
(Em milhares de reais)			
	Notas	2012	2011
<b>Atividades operacionais</b> .....		<b>2012</b>	<b>2011</b>
Recebimento de planos de saúde .....		5.242.725	4.423.394
Resgate de aplicações financeiras .....		3.084.835	3.438.358
Recebimento de juros de aplicações financeiras .....		79.248	149.787
Outros recebimentos operacionais .....		6.428	25.226
Pagamento a fornecedores / Prestadores de serviço de saúde .....		(3.972.907)	(3.274.492)
Pagamento de comissões .....		(45.663)	(415.663)
Pagamento de pessoal .....		(161.883)	(153.706)
Pagamentos de serviços de terceiros .....		(140.805)	(106.537)
Pagamento de IR e CSLL .....		(132.479)	(90.218)
Pagamento de outros tributos .....		(79.826)	(65.712)
Pagamento de ações judiciais (cíveis/ trabalhistas/ tributárias) .....		(94.814)	(76.029)
Pagamento de aluguel .....		(9.117)	(8.748)
Pagamento de promoção/ publicidade .....		(22.317)	(31.741)
Aplicações financeiras .....		(3.171.889)	(3.650.743)
Outros pagamentos operacionais .....		(57.182)	(44.624)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b> .....		<b>117.610</b>	<b>118.552</b>
<b>Atividades de investimento</b> .....			
Recebimento de venda de ativo imobilizado - Outros .....		1.287	573
Recebimento de venda de investimentos .....		-	4
Recebimento de dividendos .....		6.481	8.947
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros .....		(2.619)	(1.817)
Pagamento relativo ao ativo intangível .....		(11.891)	(2.846)
Outros pagamentos das atividades de investimento - Aquisição de participação .....		-	(65.000)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b> .....		<b>(6.742)</b>	<b>(60.139)</b>
<b>Atividades de financiamento</b> .....			
Pagamento de juros - REFIS .....		(286)	(403)
Pagamento de amortização - REFIS .....		(437)	(669)
Pagamento de promoção dos resultados/Dividendos .....		(82.947)	(47.821)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b> .....		<b>(83.670)</b>	<b>(48.893)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b> .....		<b>27.198</b>	<b>9.520</b>
<b>Caixa - Saldo inicial</b> .....		<b>14.308</b>	<b>4.788</b>
<b>Caixa - Saldo final</b> .....		<b>41.506</b>	<b>14.308</b>
<b>Ativos livres no início do período</b> .....		<b>567.477</b>	<b>506.599</b>
<b>Ativos livres no final do período</b> .....		<b>608.443</b>	<b>567.477</b>
<b>Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres</b> .....		<b>40.966</b>	<b>60.878</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011			
(Em milhares de reais)			
	Notas	2012	2011
<b>Atividades operacionais</b> .....		<b>2012</b>	<b>2011</b>
Recebimento de planos de saúde .....		5.242.725	4.423.394
Resgate de aplicações financeiras .....		3.084.835	3.438.358
Recebimento de juros de aplicações financeiras .....		79.248	149.787
Outros recebimentos operacionais .....		6.428	25.226
Pagamento a fornecedores / Prestadores de serviço de saúde .....		(3.972.907)	(3.274.492)
Pagamento de comissões .....		(45.663)	(415.663)
Pagamento de pessoal .....		(161.883)	(153.706)
Pagamentos de serviços de terceiros .....		(140.805)	(106.537)
Pagamento de IR e CSLL .....		(132.479)	(90.218)
Pagamento de outros tributos .....		(79.826)	(65.712)
Pagamento de ações judiciais (cíveis/ trabalhistas/ tributárias) .....		(94.814)	(76.029)
Pagamento de aluguel .....		(9.117)	(8.748)
Pagamento de promoção/ publicidade .....		(22.317)	(31.741)
Aplicações financeiras .....		(3.171.889)	(3.650.743)
Outros pagamentos operacionais .....		(57.182)	(44.624)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b> .....		<b>117.610</b>	<b>118.552</b>
<b>Atividades de investimento</b> .....			
Recebimento de venda de ativo imobilizado - Outros .....		1.287	573
Recebimento de venda de investimentos .....		-	4
Recebimento de dividendos .....		6.481	8.947
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros .....		(2.619)	(1.817)
Pagamento relativo ao ativo intangível .....		(11.891)	(2.846)
Outros pagamentos das atividades de investimento - Aquisição de participação .....		-	(65.000)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b> .....		<b>(6.742)</b>	<b>(60.139)</b>
<b>Atividades de financiamento</b> .....			
Pagamento de juros - REFIS .....		(286)	(403)
Pagamento de amortização - REFIS .....		(437)	(669)
Pagamento de promoção dos resultados/Dividendos .....		(82.947)	(47.821)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b> .....		<b>(83.670)</b>	<b>(48.893)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b> .....		<b>27.198</b>	<b>9.520</b>
<b>Caixa - Saldo inicial</b> .....		<b>14.308</b>	<b>4.788</b>
<b>Caixa - Saldo final</b> .....		<b>41.506</b>	<b>14.308</b>
<b>Ativos livres no início do período</b> .....		<b>567.477</b>	<b>506.599</b>
<b>Ativos livres no final do período</b> .....		<b>608.443</b>	<b>567.477</b>
<b>Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres</b> .....		<b>40.966</b>	<b>60.878</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

se uma evidência objetiva indica que uma demonstração de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros, reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. • **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo, anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), que na Resolução Normativa ANS nº 290 é denominada de "Provisão para Perdas", é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na base de dados das demonstrações financeiras. A atenuação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é estabelecida levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para o período de 3 anos. **3.6. Passivos circulantes e não circulantes de operações de seguros:** Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, quando aplicável,

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2012	2011	Passivo	Notas	2012	2011
<b>Circulante</b> .....		<b>1.658.103</b>	<b>1.521.821</b>	<b>Circulante</b> .....		<b>1.142.922</b>	<b>1.046.725</b>
Disponível .....	-	41.506	14.308	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde .....	13	826.198	697.336
Realizável .....	-	1.616.597	1.507.513	Provisão para remissão .....	-	8.486	6.189
Aplicações .....	6	1.412.410	1.263.042	Provisão de sinistros a liquidar .....	-	513.596	422.717
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde</b> .....		<b>81.999</b>	<b>156.942</b>	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados .....	-	304.116	268.430
Prêmio a receber .....	7.1	78.106	45.338	<b>Débitos de operações de assistência à saúde</b> .....		<b>30.001</b>	<b>126.832</b>
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde .....	7.2	3.893	111.604	Comercialização sobre operações .....	-	14.987	8.965
<b>Despesas tributárias</b> .....	<b>8</b>	<b>87.479</b>	<b>59.617</b>	Operadoras de planos de assistência à saúde .....	15	-	99.642
<b>Créditos tributários e previdenciários</b> .....	<b>9</b>	<b>2.475</b>	<b>2.747</b>	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde .....	-	15.014	18.225
<b>Bens e títulos a receber</b> .....	<b>11</b>	<b>30.681</b>	<b>23.896</b>	<b>Provisões</b> .....		<b>50.945</b>	<b>37.077</b>
<b>Despesas antecipadas</b> .....	-	<b>1.553</b>	<b>1.269</b>	Provisões para IR e CSLL .....	-	34.374	27.609
<b>Não circulante</b> .....		<b>1.287.611</b>	<b>1.067.790</b>	Provisões judiciais .....	18	16.571	9.468
Realizável a longo prazo .....	-	763.629	578.745	<b>Tributos e encargos sociais a recolher</b> .....		<b>28.171</b>	<b>22.362</b>
Aplicações .....	6	1.031	1.031	Empréstimos e financiamentos a pagar .....	-	218	363
Créditos tributários e previdenciários .....	9	154.300	119.790	<b>Débitos diversos</b> .....	<b>20</b>	<b>207.389</b>	<b>162.755</b>
Despesas de comercialização diferidas .....	8	123.076	84.418	<b>Não circulante</b> .....		<b>426.616</b>	<b>351.285</b>

dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data-base das demonstrações financeiras. **3.6.1. Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: **(a) Provisão de sinistros a liquidar (PSL):** A PSL representa a previsão de pagamentos prováveis, líquida de recuperações, determinada com base nos avisos recebidos até a data das demonstrações financeiras, atualizada monetariamente nos casos de serviços indexados. • A PSL é constituída pelo valor das faturas dos prestadores de serviços, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros recebidos; • Adicionalmente à PSL, a Companhia provisiona as despesas relativas à gestão da alocação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são arrecadadas a cada sinistro individualmente, denominadas "ULAE". • A ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da PSL, deduzindo-se da estimativa o montante correspondente aos gastos já incorridos na atividade de regulação de sinistros. **(b) Provisão de sinistros a liquidar - Disputa judicial:** As provisões de sinistros a liquidar em disputa judicial são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais, e ainda, com base em fatores específicos obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses nos casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e o grupamento de ramo de seguro envolvido, quando aplicável. Estes fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões são atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por juros de 0,78% ao mês. As provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar", no passivo circulante e em "Provisões Técnicas de Operação de Assistência a Saúde" no passivo não circulante, juntamente com os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **(c) Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR):** A IBNR (*Incurred But Not Reported*) é constituída com base no IBNP subtraída da PSL. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. O desenvolvimento histórico observado é de 36 meses. A IBNR é apurada considerando tanto a ALAE, quanto a ULAE. A ULAE da IBNR é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da IBNR. **(d) Provisão para Remissão:** A Provisão para remissão corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. Esta provisão é constituída para garantir dos beneficiários de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato, de até 5 anos, em função do falecimento do beneficiário titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos segurados descontada para a data-base das demonstrações financeiras. **3.7. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais de natureza civil, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo IPCA e por juros de 0,78% ao mês. As provisões para as ações judiciais de natureza trabalhista são atualizadas mensalmente pela TR e por juros de 0,78% ao mês. Tanto as provisões para as contestações de natureza civil, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, quanto as de natureza trabalhista são atualizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais e com base em percentuais específicos, obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses para os casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e o grupamento de ramo de seguro envolvido, quando aplicável. Estes fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões para as ações judiciais estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo circulante e não circulante, e consideram os valores atuais das mencionadas ações. Os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, e trabalhistas estão contabilizados nas rubricas "Débitos Diversos" no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.8. Benefícios pós-emergência:** Os benefícios mantidos pela Companhia compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e o Benefício de Renda Vitalícia. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os beneficiários de renda vitalícia são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. Os ganhos e/ou perdas atuariais do Benefício de Renda Vitalícia estão sendo amortizados e reconhecidos no resultado do exercício pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do Plano e o valor do reconhecimento dos ganhos ou das perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceder o maior entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano. **3.9. Pagamento com base em ações:** A Companhia remunera administradores com ações da SASA e o plano é especificado com base no modelo *Black-Scholes* para as opções simples emitidas nos programas até 2010 e no modelo binomial para as opções simples emitidas no programa de 2011 e de 2012. O valor justo do Plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica "Despesas Administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Débitos Diversos" no passivo circulante. Periodicamente a Companhia reembolsa à SASA pela remuneração em ações, feitas à seus administradores (Vide nota 16.2). **3.10. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em sub-contas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida com um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.11. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 6); • Despesas de Comercialização Diferidas (nota 8); • Créditos e Débitos Tributários (nota 10); • Provisão de Sinistros a Liquidar e Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (nota 13); • Ações Judiciais (nota 18); • Benefícios Pós-Emprego (nota 23). **3.12. Normas emitidas e ainda não adotadas:** A ANS emitiu a seguinte norma: **(a) Resolução Normativa nº 314/12:** Emiida em 23/11/2012, essa norma traz impactos no plano de contas e no modelo de divulgação das demonstrações financeiras de 2013, referentes a reclassificações entre contas e não se espera um impacto significativo no resultado e patrimônio líquido. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. Diversas normas e emendas a normas IFRS, emitidas pelo IASB, não entram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2012. Para alguns delas, o CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes. A adoção antecipada destas normas pela Companhia está condicionada a aprovação de uma norma da ANS. As normas são: • **Revisões:** (a) IAS 1 - **Apresentação das demonstrações contábeis (Presentation of financial statements).** Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma que esclarece os requisitos para as informações comparativas. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(b) IAS 16 - Ativo imobilizado (Property, plant and equipment).** Em maio de 2012, houve uma revisão desta norma que classifica equipamentos de manutenção. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(c) IAS 19 / CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (Employee benefits).** Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(d) IAS 28 / CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (Investments in associates).** Em maio de 2011, houve mais uma revisão desta norma para alinhamento a nova norma IFRS 11. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(e) IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments).** Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma que trata sobre a compensação de ativos e passivos financeiros. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2014. Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma, esclarecendo que os efeitos fiscais na distribuição de instrumentos patrimoniais aos seus titulares devem ser contabilizados de acordo com o IAS 12. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(f) IFRS 7 / CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação (Financial Instruments: Disclosures).** Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma exigindo divulgações mais extensas de ativos financeiros desreconhecidos ou não. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. • **Novas:** Adicionalmente, as seguintes normas internacionais (IFRS e CPC) novas também foram emitidas: **(b) IFRS 9 - Instrumentos financeiros (Financial Instruments).** Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01/01/2013. No entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo *macro hedging*), que colocaram em dúvida se esta data era apropriada, o comitê do IASB adiou a data de implementação obrigatória para 01/01/2015.

**(c) IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto (Joint arrangements).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma de que uma das partes em um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e contas por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo comum, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. **(d) IFRS 12 / CPC 45 - Divulgação de participação em outras entidades (Disclosure of interests in other entities).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de exigir divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou *joint ventures*), associados e entidades estruturadas não consolidadas. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. **(e) IFRS 13 / CPC 46 - Mensuração do valor justo (Fair value measurement).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir "valor justo" em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. Exceto quanto a IFRS 9, cujo impacto ainda está sendo avaliado, a Companhia analisou as novas normas e revisões e julgou que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção das novas normas acima mencionadas. **4. Gestão de riscos:** A gestão de riscos corporativos se concentra em cinco aspectos principais: • Controlar o impacto dos eventos negativos; • Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos; • Buscar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor para o acionista; • Alinhar o apetite de risco da organização com as estratégias adotadas; • Prover melhorias de alocação de capital. Para definir as estratégias da Gestão Corporativa de Riscos, foi constituído o Comitê de Riscos Corporativos (CoR) formado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente de Controle e Relação com Investidores, Diretor de Riscos e Atuária e Vice-Presidentes das Unidades de Negócios. O CoR é um fórum colegiado, com visão integrada dos riscos a que a SulAmérica está sujeita, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos. O CoR tem as seguintes atribuições: • Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos; • Alinhar o apetite de risco com a estratégia da organização; • Suportar a gestão estratégica de riscos da organização para melhor alocação do capital; • Reportar ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes; • Aprovar os níveis de retenção de risco por ramo de seguro e mudanças significativas nas políticas de subscrição, além dos contratos de resseguro. **4.1. Atribuição de responsabilidades pela gestão de riscos corporativos:** O Conselho de Administração executa a importante atividade de supervisão do Gerenciamento de Riscos da Organização, mantendo-se ciente e de acordo com os níveis de tolerância a risco definido pelo CoR. O CoR tem a responsabilidade de periodicamente, rever as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para esses riscos (tolerância a riscos). Os direcionamentos estabelecidos são aplicados em cada unidade de negócio (*Business Unit – BU*), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando-os dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem essa tolerância aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas. **4.2. Sistema de controles internos e gestão de riscos corporativos:** A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na adoção de um Sistema de Controles Internos, tem levado em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*. O Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos é baseado nesta metodologia, que concebe o Sistema de Controles Internos como resultado de ações estruturadas, segundo oito componentes que, inter-relacionados constituem a base para uma estrutura integrada de riscos (*ERM – Enterprise Risk Management*). O ERM pode ser percebido sob duas formas: para satisfazer as necessidades de controles internos e como um sistema completo, abrangente e integrado de gerenciamento de riscos. Os componentes constituintes da base para a estrutura integrada de riscos estão definidos a seguir: • **O Ambiente Interno:** Nível de conscientização e cultura de uma organização a respeito da necessidade do gerenciamento de riscos e controles. É a base para todos os outros componentes do gerenciamento de riscos corporativos, propiciando o método pelo qual os riscos são identificados e abordados por seus colaboradores. Compreende a integridade e os valores éticos, as práticas de conduta, estrutura organizacional, aspectos de governança, atribuição de responsabilidades e políticas de recursos humanos. Reflete as atitudes da administração, cuidados e ações relacionadas à estabilidade e à boa execução dos processos organizacionais. • **Definição de Objetivos:** O processo que define as estratégias deve permitir que estes se deem de forma integrada à missão e à visão da SulAmérica, a partir do estabelecimento de objetivos ajustados ao apetite de risco, o qual direciona os níveis de tolerância aos riscos. • **Identificação de Eventos:** Os eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento dos objetivos devem ser identificados como riscos ou oportunidades. • **Avaliação dos Riscos:** A avaliação dos riscos relevantes se dá sob duas perspectivas: quantitativa e/ou qualitativa. No enfoque quantitativo, são utilizados modelos para avaliação das eventuais perdas esperadas e inesperadas. Pelo enfoque qualitativo, os riscos são avaliados com base no eventual impacto e na probabilidade para indicar o grau de exposição ao risco para o alcance dos objetivos. • **Resposta ao Risco:** No processo de gestão de riscos devem ser identificadas e avaliadas as opções de respostas ao risco (evitar, aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir) implementando ações para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite de risco, mantendo-os em níveis aceitáveis. • **Atividades de Controle:** Políticas e procedimentos internos devem ser definidos e implementados pela Alta Administração, para ajudar e garantir que as respostas aos riscos foram corretamente realizadas, de forma que os objetivos estratégicos e operacionais sejam alcançados. A avaliação do melhor tipo de controle deve pressupor os volumes envolvidos, a relevância, a complexidade das operações, o risco analisado e as prioridades estratégicas definidas. • **Informação e Comunicação:** A Comunicação deve ser eficaz, ocorrendo de forma que todas as atividades possam ser abrangidas. As informações relevantes devem ser identificadas, coletadas na forma e nos prazos necessários para que todos executem suas tarefas corretas e tempestivamente. Os riscos e não conformidades devem ser reportados adequadamente para formulação de planos de ações. • **Monitoramento:** A gestão de riscos corporativos deve ser monitorada através de atividades gerenciais contínuas e os pontos identificados de não conformidade comunicados à Alta Administração. **4.3. Concentração das operações:** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios de seguro por unidade da federação.

UF	Representatividade	
	2012	2011
RJ	76,7%	74,0%
SP	8,1%	9,6%
BA	3,6%	3,5%
PE	2,9%	3,3%
PR	1,7%	1,9%
DF	2,4%	1,7%
RS	0,9%	1,3%
Outros	3,0%	4,7%
	100,0%	100,0%

**4.4. Descrição e gestão dos riscos nas operações:** O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Crédito, Mercado, Subscrição, Operacional, Estratégico e Legal e *Compliance*. **4.4.1. Risco de crédito:** É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumprí-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações, e ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. **4.4.1.1. Aplicações financeiras:** (a) **Política de Investimentos:** A Política de Investimentos estabeleceu as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da SulAmérica de cumprir suas obrigações. No gerenciamento do risco de crédito relativo às aplicações financeiras em ativos de crédito privado, o Comitê de Crédito efetua a análise das emissões com base em aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "score" ("rating" interno) e o limite para alocação na emissão. Tal limite deverá estar enquadrado nas regras de diversificação e concentração estabelecidas pela Política de Investimentos. Os limites de exposição são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela empresa gestora dos investimentos e pela área financeira. Os ativos são segregados e constituídos tomando por base: o objetivo, características, obrigações, restrições (exemplo: carteira para cobertura de reservas técnicas, carteira de gerenciamento de ativos e passivos (ALM), carteira de capital de giro, etc). É esperado que cada carteira, levando em consideração

suas particularidades, busque maximizar a rentabilidade dos ativos, mas também mitigar o risco de desaquecimento entre os ativos e passivos da Companhia (ALM), quando necessário. Conseqüentemente, espera-se um balanceamento na relação risco x retorno, casamentos de fluxos de caixa entre ativos e passivos e a obtenção de investimentos eficientes, levando em consideração os compromissos assumidos. A formalização dos termos e condições que o gestor deverá observar na gestão de cada carteira é realizada através do Mandato de Investimentos, definido com base na Política de Investimento e na legislação vigente, que deve contemplar pelo menos: (i) objetivo; (ii) meta de rentabilidade; (iii) limite de risco; (iv) prazo de ativos; (v) liquidez de ativos; (vi) restrições específicas; (vii) restrições gerais. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias (incluindo o portfólio de ALM) de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódico. Os gráficos a seguir apresentam a distribuição dos investimentos por rating, considerando os ativos dos fundos exclusivos, onde 78,3% do total de aplicações financeiras em 31/12/2012 (95,9% em 2011) estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos).



O fundo "Grupal Cash" está contido na categoria Renda fixa pública "risco soberano" em 31/12/2012 e 2011, por ser composto em sua totalidade por títulos públicos. Em 31/12/2011 ele era um fundo exclusivo da Companhia e em 2012, devido a nova política de investimentos, passou a ter outras empresas da SulAmérica como cotista. **4.4.1.2. Operações de seguros:** Com relação ao risco de não recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações, orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. São estabelecidos limites de alçadas para a aceitação dos riscos que contemplam também a análise do histórico de crédito do segurado e a exposição ao risco em cada operação. A gestão do risco de crédito também leva em consideração, no monitoramento da inadimplência, o acompanhamento da redução ao valor recuperável (*impairment*) dos prêmios a receber. **4.4.1.3. Operações de resseguros:** Para fins de contratação de resseguro é observado o risco de crédito sob os seguintes aspectos: cessão máxima, exposição total ao risco de crédito do ressegurador, limite de cessão por rating e limite de crédito por ressegurador. A aceitação de qualquer contrato de resseguro segue as normas internas definidas pelo CoR. O CoR pode solicitar a qualquer momento mudanças estratégicas na exposição ao risco de crédito em consequência da análise destes relatórios. Em 31/12/2012, a exposição total a risco de crédito de operações de resseguro totalizou aproximadamente R\$1.786 (R\$114.629 em 2011). A redução dessa exposição foi devido ao término do R\$176 que era ressegurada, acarretando uma significativa redução na exposição ao risco de crédito de resseguro. **4.4.2. Risco de mercado:** É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, *commodities*, etc.), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros, risco de liquidez, risco em câmbio, risco de derivativos, risco de renda variável e risco de inflação. As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: • processo de gerenciamento de ativos e passivos - *ALM (Assets and Liabilities Management)* monitorado regularmente pelo ALCO (*Assets and Liabilities Committee*); • elaboração de Mandatos de Investimentos estabelecidos onde são considerados os seguintes aspectos: perfil dos negócios, estudos atuariais e aspectos de liquidez; • instrumentos derivativos para diminuir os impactos da taxa de juros; • limites máximos de VaR (*Value at Risk*); • limites máximos de análises de cenários alternativos conhecidos como "stress testing"; • análises de fluxo de caixa projetado e revisão das obrigações assumidas e instrumentos financeiros utilizados para mitigação e monitoramento do risco de liquidez; • análises e monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras. **4.4.2.1. O processo de gerenciamento de ativos e passivos na organização (ALM):** A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da SulAmérica Investimentos DTVM S.A. (SAMI). Atualmente, 0,50% (0,97% em 2011) do total da carteira de investimentos não é gerenciada pela SAMI. O gerenciamento de ativos e passivos (ALM) é utilizado pela Companhia como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos, em especial na carteira para cobertura das provisões técnicas. Desta forma, foi formado um grupo de trabalho permanente para a discussão do assunto e efetuar estudos de ALM visando identificar quais ativos melhor replicam as principais características dos passivos (taxa de juros, indexadores, fluxo de pagamento, *duration*, etc). Com base nestes estudos de ALM, e respeitando as regras definidas no Mandato de Investimentos, o gestor de recursos efetua a alocação em ativos visando mitigar o risco de desaquecimento entre ativos e passivos, bem como tornar eficiente a alocação dos ativos. **(a) Acomanhamento do ALM e risco de mercado:** Periodicamente, são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre as alocações nas carteiras de investimentos. Estes relatórios permitem ao Comitê de Investimentos e a área financeira e de gestão de riscos um acompanhamento dos investimentos em cada unidade de negócio. Além disso, em reunião mensal, os gestores dos investimentos e a área financeira discutem os tópicos relevantes sobre os resultados dos investimentos do mês, cenários econômicos internacionais e nacionais, além dos pontos julgados relevantes na data. **4.4.2.2. Métricas de Risco:** Para controle, avaliação e acompanhamento do risco de mercado das carteiras, são utilizados o VaR Paramétrico e o *stress testing*. O VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. Já o *stress testing* tem o objetivo de verificar a perda esperada em cenários extremos de ruptura (*worst case scenario*). Desta forma, o risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios diários com informações sobre o VaR e *stress testing*, além de análises sobre o risco incremental para alocação de ativos e estudos específicos em relação a alteração na carteira de investimentos. Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM realizado pela Companhia, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31/12/2012 e 2011.



**4.4.2.3. Risco de renda variável:** A Companhia não detém qualquer participação em renda variável na carteira de ativos que garanta a cobertura das provisões técnicas. Em 31/12/2012, a posição de renda variável é de R\$65,7 milhões (R\$31,9 milhões em 2011), com Mandato de Investimento próprio. **4.4.2.4. Risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. Além das análises de ALM, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos mantidos das provisões técnicas a fim de mitigar este risco. Desta forma, são garantidos ativos com liquidez suficiente para cobrir as obrigações de curto prazo das carteiras. Em 31/12/2012 e 2011 os vencimentos dos principais instrumentos financeiros e passivos de seguros eram os seguintes:

Descrição	2012			2011					
	Até 2 anos ou sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
<b>Instrumentos Financeiros</b>									
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>896.067</b>	<b>443.604</b>	<b>44.883</b>	<b>37</b>	<b>1.384.591</b>	<b>1.412.410</b>	<b>27.819</b>		<b>1.412.410</b>
Valor justo por meio do resultado ...	304.455	22.150	10.900	—	337.505	338.244	739		338.244
Disponível para venda .....	591.612	421.454	33.983	37	1.047.086	1.074.166	27.080		1.074.166
<b>Seguros e resseguros</b>	<b>828.848</b>	<b>11.403</b>	<b>1.737</b>	<b>1.260</b>				<b>2.225</b>	<b>845.473</b>
Ativos de resseguro .....	1.786								1.786
Passivos de seguros (1) .....	830.634	11.403	1.737	1.260				2.225	847.259
									<b>2011</b>
Descrição	2012			2011					
	Até 2 anos ou sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
<b>Instrumentos Financeiros</b>									
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>571.061</b>	<b>636.056</b>	<b>42.665</b>	<b>921</b>	<b>1.250.703</b>	<b>1.263.042</b>	<b>12.339</b>		<b>1.263.042</b>
Valor justo por meio do resultado ...	319.660	80.149	—	—	399.809	401.397	1.588		401.397
Disponível para venda .....	251.401	555.907	42.665	921	850.894	861.645	10.751		861.645
<b>Seguros e resseguros</b>	<b>587.572</b>	<b>9.298</b>	<b>1.997</b>	<b>613</b>				<b>1.867</b>	<b>601.347</b>
Ativos de resseguro .....	108.526								108.526
Passivos de seguros (1) .....	696.098	9.298	1.997	613				1.867	709.873

(1) Em 31/12/2012, em "Outras", o valor de R\$2.223 (R\$1.867 em 2011) refere-se a ULAE. **4.4.2.5. Risco de inflação:** Os estudos de ALM identificaram que parte dos passivos são correlacionados com variações nos índices de inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31/12/2012, a Companhia registrou aproximadamente R\$342 milhões (R\$310 milhões em 2011) de ativos indexados a inflação. Vale ressaltar que apesar dos produtos comercializados serem de curto prazo, as responsabilidades originárias desses contratos nem sempre são de curto prazo, principalmente aquelas relacionadas a causas judiciais. Em função disso, os ativos relativos a estes passivos são alocados em diversos vencimentos. Além da alocação baseada nos estudos de ALM, o gestor dos investimentos pode optar por alocar em ativos indexados a inflação nas demais carteiras que não tem restrição de ALM desde que respeitando todos os limites e restrições definidos no Mandato de Investimentos. **4.4.2.6. Instrumentos financeiros derivativos:** As políticas de investimento em vigor permitem a alocação de recursos na contratação de operações com derivativos, com objetivo de proteção da carteira. A utilização de instrumentos financeiros derivativos na Companhia obedece as normas específicas sobre o tema que dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos. Os instrumentos financeiros derivativos

**moral:** Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Companhia realiza periodicamente Procedimentos de Análise e Revisão de Produtos (PARP) com o objetivo de rever os seguintes aspectos sobre os produtos comercializados:

- Definições do produto: análise do escopo do produto e das garantias oferecidas aos segurados bem como o público-alvo das vendas;
- Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes. Análise de possíveis impactos em outros produtos existentes na Companhia;
- Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;
- Precificação (*pricing*): estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas dos acionistas. Para isso, ajusta-se o fluxo de caixa das apólices, simulando todo o fluxo financeiro. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa definida para o produto e as fontes geradoras de lucros e perdas;
- Outros: o PARP aborda ainda análises sobre os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro. Após a análise de todos os pontos descritos acima, são definidos (se necessário) planos de ações para adequação do produto às expectativas da Companhia. O PARP também se aplica quando do lançamento de novos produtos ou realizações de parcerias. Periodicamente, o acompanhamento do desempenho dos produtos e parcerias é apresentado ao comitê de riscos. Caso necessário, são adotados planos de ações para adequação dos produtos e parcerias aos objetivos da Companhia.

**4.4.3.3. Análise de sensibilidade nos negócios:** A tabela abaixo apresenta o impacto antes de impostos no resultado, caso haja uma variação na sinistralidade, despesas administrativas ou despesas de comercialização:

	2012	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 1% na sinistralidade.....	(52.626)	(52.386)
Aumento de 1% nas despesas administrativas .....	(3.473)	(3.473)
Aumento de 1% nas despesas de comercialização.....	(4.273)	(4.273)

	2011	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 1% na sinistralidade.....	(38.326)	(37.271)
Aumento de 1% nas despesas administrativas .....	(2.647)	(2.647)
Aumento de 1% nas despesas de comercialização.....	(3.390)	(3.390)

**4.4.3.4. Risco na provisão:** Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de seguros são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletirem a realidade da Companhia. Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação do risco da provisão, a Companhia possui os seguintes procedimentos:

- **Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões e reservas matemáticas:** Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias e premissas utilizadas para a constituição das provisões técnicas e reservas matemáticas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente;
- **Recálculo das provisões técnicas:** Periodicamente são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente;
- **Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas:** mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões e reservas técnicas para acompanhamento da sua adequação;
- **Controle estatístico de qualidade:** Mensalmente são utilizados modelos de séries temporais a fim de capturar modificação nos padrões das principais variáveis contidas nas metodologias de cálculo das provisões técnicas. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, nas premissas e na tomada de decisão. Estes pontos favorecem a manutenção da adequação das provisões técnicas.

**4.4.3.5. Contratos de Resseguro:** O risco de subscrição pode ser mitigado via contratos com resseguradores. Em 2012, a Companhia assinou contrato de resseguro visando a proteção do resultado da carteira, contra eventos de causas naturais e/ou de eventos de grandes proporções (resseguro contra catástrofe). As decisões sobre a contratação do resseguro e a manutenção e revisão do contrato é sempre aprovada pelo CoR. **4.4.4. Risco operacional:** O risco operacional pode ser definido como o risco de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou de eventos externos. Mais especificamente, pode ser entendido como:

- **Risco de fraudes internas:** Comportamentos fraudulentos e/ou criminosos com intenção de obter ganhos pessoais e/ou subtrair a propriedade alheia em benefícios próprios ou da SulAmérica;
- **Fraudes externas:** Pessoas que não são funcionários exercerem atividades irregulares em benefício próprio;
- **Relações trabalhistas:** Decisões judiciais por práticas incompatíveis com leis e/ou acordos trabalhistas, nocivas à saúde e/ou segurança dos funcionários ou por discriminação e/ou diferenciação no tratamento;
- **Falhas de sistemas:** Impossibilidade de obter informações devido à falha de comunicação, perda da capacidade de processamento ou dificuldade na operação dos sistemas;
- **Execução e gestão de processos:** Disponibilidade, registro de informações inválidas, incompletas ou de maneira intempésta a entidades externas, órgãos reguladores, acionistas e investidores;
- **Práticas comerciais inadequadas:** Falta de cumprimento de padrões éticos e comportamentais estabelecidos e práticas inadequadas do pessoal de vendas. Orientação e/ou consultoria inadequada a clientes que leve a falsas expectativas na relação aos produtos e serviços prestados;
- **Danos a ativos:** Desastres naturais e outros eventos que ocasionam perdas físicas a ativos;
- **Interrupção das atividades:** Impossibilidade de sustentar as operações, prover serviços essenciais ou recuperar custos operacionais decorrentes de desastres controláveis ou não;
- **Ambientais:** Danos à imagem ou ações judiciais em decorrência de produtos, serviços, operações ou instalações que de alguma forma impactem o meio-ambiente ou a sociedade.

**4.4.4.1. Fraudes:** As fraudes são riscos operacionais inerentes ao negócio. A SulAmérica conta com canais específicos de comunicação e uma área totalmente dedicada à prevenção das fraudes e desenvolvimento de políticas de prevenção a fraudes, além de treinamentos contínuos para os seus funcionários. **4.4.4.2. Gestão dos riscos operacionais:** Todos os processos estão mapeados em um sistema de dados com todo o fluxo de atividades contidas, bem como cada risco identificado e os controles envolvidos em cada etapa. Cada risco e controle trazem informações qualitativas e quantitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com níveis de risco e ainda a identificação de possíveis planos de ação para mitigação de possíveis perdas operacionais. O plano de continuidade de negócios é tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados. A partir do ano de 2013 a SulAmérica irá operar em um novo *framework* para a gestão dos riscos operacionais a fim de obter a excelência na gestão deste tipo de risco. O novo *framework* conta com novas definições e visões do negócio e tem por objetivo alinhar nossas práticas com as melhores práticas internacionais indicadas em Basiléia II e Solvência II, como segue:

- **Abertura do dicionário de riscos operacionais:** Composto por 8 categorias de riscos. Estas categorias foram consideradas como riscos primários e foram criadas novas classes de risco (riscos secundários e riscos terciários), totalizando 180 classificações. As classificações tem o objetivo de alinhamento ao que é determinado internacionalmente como melhores práticas operacionais (de acordo com COSO e Basiléia). A abertura do dicionário de riscos operacionais tem o objetivo de proporcionar uma melhor identificação dos riscos na operação, com consequente melhora na gestão; e **Aggrupamento dos processos em macro processos:** Os processos hoje cadastrados no sistema foram enquadrados em aproximadamente 86 macro processos definidos como essenciais. Este formato tem o objetivo de proporcionar análises globais por unidades de negócios tomando mais eficiente, desta forma, a gestão dos riscos operacionais entre os negócios da SulAmérica;
- **Desenvolvimento de um novo software:** Foi desenvolvido um novo software customizado para os negócios da SulAmérica para tratamento dos riscos operacionais. Este novo sistema será integrado com o mapeamento dos macro processos e permitirá análises qualitativas e quantitativas, incluindo cálculos estocásticos;
- **Construção de uma base de perdas:** O desenvolvimento do novo sistema tem o objetivo de proporcionar integração com diversas fontes para o registro de perdas operacionais. Estes registros permitirão obter informações observadas (e não subjetivas) sobre as perdas que de fato ocorreram para cada macro processo e qual a causa do risco, possibilitando desta forma a criação de planos de ações efetivos e direcionados para a solução dos problemas. Adicionalmente, a base de perdas aliada às informações de um sócio processos, tem o objetivo de proporcionar no futuro o cálculo do capital necessário (VaR) para suportar perdas operacionais. Até o momento já foram mapeadas e integradas na nova ferramenta, 15 origens de perdas distintas;
- **Software para gestão do risco operacional:** Encontra-se implementado um software customizado para os negócios da SulAmérica visando tratamento dos riscos operacionais. Esta nova ferramenta é atualizada automaticamente a partir de informações mapeadas em sistema de gestão de processos e da base de perdas. O objetivo é permitir análises qualitativas e quantitativas. Além disso, está em fase de implementação no novo sistema, a associação das normas de procedimentos internos com os respectivos macroprocessos, bem como a integração do módulo de riscos com os módulos de *Compliance*/controles internos e o módulo de auditoria, com o objetivo de integrar as atividades desenvolvidas pelas 3 áreas.

**4.4.4.3. Continuidade de Negócios:** O risco de continuidade de negócios é mitigado através de um plano de ação tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados. **4.4.5. Risco estratégico:** É o risco de perdas resultantes de processos ou tomada de decisões que impactem a sustentabilidade, o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva. Pode ser entendido também como: • **Risco de planejamento:** Elaboração do planejamento estratégico e/ou orçamento com base em premissas e/ou medidas de desempenhos inadequadas à realidade da SulAmérica;
- **Recursos humanos:** Procedimentos executados por pessoas sem habilidade, treinamento ou experiência suficientes para o desempenho da instituição. Dependência de pessoas-chave;
- **Indicadores de metas:** Avaliação inadequada de desempenho;
- **Custo de oportunidade:** Redução do valor econômico de recursos financeiros devido à perda de valor do dinheiro no tempo, descaçamento do fluxo de caixa ou retorno de investimento insuficiente em relação a outras alternativas que ofereçam o mesmo grau de risco;
- **Concorrência:** Ação de concorrentes afetando adversamente o posicionamento da SulAmérica no mercado;
- **Venda:** Incompatibilidade dos preços definidos nas transações de compra e/ou venda com os praticados pelo mercado;
- **Comunicação:** Falta de transparência, exatidão e clareza das informações relativas às operações da SulAmérica.

**4.4.5.1. Gestão do Risco Estratégico:** A SulAmérica possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões mensais para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio, que implique em investimentos ou despesas adicionais às acordadas previamente. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento do ano. O COPA também possui como atribuições:

- Garantir que o orçamento para o plano de ação seja cumprido;
- Priorizar os planos de ação, quando o orçamento for insuficiente para a execução de todas as propostas;
- Garantir que os planos de ação sejam avaliados e aprovados de acordo com critérios objetivos e previamente estabelecidos;
- Garantir que os planos de ação estejam em acordo com os objetivos da Companhia;
- Avaliar os resultados dos planos de ação aprovados, determinando a sua interrupção caso os resultados alcançados estejam em desacordo com as projeções. O custo de capital utilizado nos projetos segue a metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) e os valores das premissas são revisados anualmente, no processo de construção do plano de orçamento plurianual ou mais frequentemente caso o comitê corporativo julgue necessário. Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela SulAmérica um modelo de gestão - o *Balanced ScoreCard* (BSC) - que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar no curto prazo o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim antecipar possíveis distorções de rumo. Além disso, o BSC procura tornar a

comunicação da estratégia mais clara para toda a organização, a partir do momento que todos os colaboradores saibam quais as metas a serem alcançadas. Atualmente, a SulAmérica estabelece o Plano de Orçamento Plurianual (POP) com o orçamento para o Saúde Grupal para os próximos 3 anos. O POP permite uma comunicação clara entre as metas definidas pelos acionistas e a Alta Administração, alinhando desta forma o apetite de risco da empresa. O orçamento é acompanhado periodicamente durante o ano e as estratégias mantidas ou redefinidas de acordo com os acontecimentos. **4.4.6. Risco legal e compliance:** É o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. De forma mais específica, pode ser identificado como: (i) Risco com órgãos reguladores; (ii) Risco de atividades em desacordo com políticas internas; (iii) Risco de lavagem de dinheiro; (iv) Risco de reputação; e (v) Risco de contratos. **4.4.6.1. Gestão do risco legal:** Presente em cada unidade de negócio, e, neste caso específico, e com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização junto com seus prestadores de serviço realiza a revisão nos contratos de seguros a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica contribui ativamente com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais em nossas operações. **4.4.6.2. Gestão do Risco de compliance:** (a) **Auto-avaliação de controles internos:** A SulAmérica instituiu uma estrutura de *compliance* e a figura dos gestores *compliance*, a fim de adequar as suas atividades às determinações da ANS, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação. Os gestores *compliance* têm por função disseminar a metodologia e as determinações de *compliance* em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades-chaves e seus processos, identificação de riscos e controles e criação de planos de ação. O processo de auto-avaliação do sistema de controles internos é realizado no mínimo duas vezes ao ano. (b) **Documentação eletrônica:** A SulAmérica possui documentação eletrônica (DocNix) referente à política e procedimentos dos processos da organização, manuais de estrutura organizacional e resoluções da diretoria executiva. A documentação eletrônica permite informações sempre atualizadas e consultas de forma ágil e segura. A lista de distribuição de cada um dos documentos é indicada pela área responsável (emissor) e, em alguns casos, poderá ter acesso restrito a alguns departamentos da Companhia. (c) **Auditoria interna:** Responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistêmica). Certifica a existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor. **4.5. Gestão do capital:** A Companhia apura mensalmente, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante o ano de 2012, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pela ANS. Conforme citado nos itens anteriores, a SulAmérica possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de risco, observando desta forma independente do capital regulatório sua própria estimativa de capital baseada em riscos. A utilização dos modelos internos é fundamental em um ambiente de gestão de riscos. Atualmente, a SulAmérica possui modelos internos estocásticos para mensuração do capital econômico devido para cada um de seus negócios e riscos. Desta forma, estima-se o capital econômico para que a solvência da SulAmérica seja assegurada para um determinado nível de confiança. Os mode-

los internos consideram correlações entre os negócios da Companhia além de possíveis efeitos de diversificação. Para cada um dos negócios, é agregado o capital econômico nos seguintes níveis: • Capital para risco de subscrição, segregando o risco da provisão do risco de precificação; • Capital para risco de mercado, segregando os riscos de taxa de juros, inflação, câmbio e outros ativos; • Capital para risco de crédito, segregando os riscos de resseguro, contas a receber, risco de capital para investimentos e demais ativos; • Capital para risco operacional e legal; e • Capital para risco estratégico. • Através dos resultados obtidos dos modelos internos, é calculado e monitorado mensalmente para cada uma das linhas de negócio da Companhia, os seguintes indicadores: • ROEC: Retorno sobre o capital econômico; • ROXC: Retorno sobre o excesso de capital; • ROAC: Retorno sobre o capital alocado. Os indicadores acima são periodicamente calculados pela Alta Administração da Companhia e indicam o desempenho de cada unidade de negócio tendo em consideração o lucro vis a vis o risco assumido. Com base nas avaliações, são definidos planos de ações para os produtos e negócios da Companhia no sentido de alinhar as métricas com o apetite de risco e retorno exigido pelos acionistas. Os modelos são periodicamente revisados e calibrados pela equipe de modelagem e gestão de riscos da SulAmérica. A tabela abaixo demonstra a adequação do PLA da companhia:

	2012	2011
<b>Patrimônio líquido</b> .....	<b>1.376.176</b>	<b>1.191.601</b>
<b>Adições</b>		
Obrigações legais .....	355.185	245.718
Deduções		
Participações diretas em empresas reguladas pela ANS e SUSEP .....	(205.673)	(190.917)
Despesas de comercialização diferida .....	(210.556)	(144.036)
Despesas antecipadas .....	(1.555)	(1.268)
Intangível .....	(30.615)	(14.668)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b> .....	<b>1.282.962</b>	<b>1.086.430</b>
0,20 x Prêmio mínimo anual.....	1.098.559	869.948
0,33 x Sinistro retido anual médio.....	1.133.294	911.749
<b>Solvência (a)</b> .....	<b>1.002.220</b>	<b>792.662</b>
<b>Suficiência</b> .....	<b>280.742</b>	<b>293.768</b>

(a) A Companhia considera o diferimento da margem de solvência, calculado com base na Resolução Normativa Nº 246/11. **5. Instrumentos financeiros derivativos:** A política de investimento em vigor permite a alocação de recursos na contratação de operações com derivativos, desde que pré-definidas e aprovadas pela Administração da Companhia. A utilização de instrumentos financeiros derivativos obedece às normas específicas sobre o tema, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, que dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos para estas sociedades. **HEDGE:** Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são negociadas e registradas por meio da BM&FBOVESPA ou mercado de balcão organizado. O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA. **5.1. Caixa resumo das exposições em instrumentos financeiros derivativos:** Em 31/12/2012 e 2011, os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão demonstrados a seguir e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado com suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado:

Descrição	Vencimento referência		Valor justo		Valor a receber/recebido		Valor a pagar/pago	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011

**Contratos futuros:**  
**Compromisso de compra**  
 Taxa de juros em reais ..... 2015 500 20.000 430 19.538 49 498 73 638

**5.1.1. Margens dadas em garantia:** Em 31/12/2012 e 2011, as margens dadas em garantia de operações de contratos futuros são compostas da seguinte maneira:

Ativo	Vencimento		Quantidade		Valor	
	junho/2013	485	485	2.641	2.641	2.641
LFT .....						
<b>Total</b> .....						

Ativo	Vencimento		Quantidade		Valor	
	junho/2013	485	485	2.433	2.433	2.433
LFT .....						
<b>Total</b> .....						

**(6) Aplicações: (6.1) Composição das aplicações:**

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
<b>Títulos de renda fixa - Privados</b> .....	-	-	<b>229.146</b>	<b>240.380</b>		<b>240.380</b>
Certificados de depósito bancário .....	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI .....	-	-	39.703	39.725	108,86%CDI	<b>39.725</b>
Pós-fixado IPCA .....	-	-	70.514	80.995	IPCA +7,97%a.a	<b>80.995</b>
Depósito a prazo com garantia especial do FGC .....	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI .....	-	-	32.839	32.962	112,08%CDI	<b>32.962</b>
Debêntures .....	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI .....	-	-	13.890	14.011	110,11%CDI	<b>14.011</b>
Pós-fixado IPCA .....	-	-	7.180	7.157		-
Letras financeiras .....	-	-	65.020	65.170	110,6%CDI	<b>65.170</b>
<b>Títulos de renda fixa - Públicos</b> .....	-	-	<b>817.942</b>	<b>833.786</b>		<b>833.786</b>
Letras financeiras do tesouro .....	-	-	<b>580.833</b>	<b>580.751</b>		<b>580.751</b>
Notas do tesouro nacional .....	-	-	-	-		-
Série B - pós-fixado IPCA .....	-	-	237.109	253.035	IPCA +5,43%a.a	<b>253.035</b>
<b>Quotas de fundos de investimentos</b> .....	<b>337.505</b>	<b>338.244</b>	-	-		<b>338.244</b>
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos .....	225.801	225.801	-	-		<b>225.801</b>
Quotas de fundos de investimentos exclusivos .....	46.040	46.779	-	-		<b>46.779</b>
Letras do tesouro nacional .....	42.903	42.901	-	-	SELIC	<b>42.901</b>
Letras do tesouro nacional .....	-	-	-	-		-
Pré-fixado DI .....	411	430	-	-	CDI	<b>430</b>
Bônus do tesouro nacional .....	1.450	2.172	-	-		<b>2.172</b>
Operações compromissadas .....	1.280	1.280	-	-		<b>1.280</b>
Outros .....	(4)	(4)	-	-		<b>(4)</b>
Quotas de fundos de investimentos em ações .....	65.664	65.664	-	-		<b>65.664</b>
<b>Total</b> .....	<b>337.505</b>	<b>338.244</b>	<b>1.047.088</b>	<b>1.074.166</b>		<b>1.412.410</b>
% .....		<b>24%</b>		<b>76%</b>		<b>100%</b>
<b>Outras aplicações</b> .....						<b>1.031</b>
<b>Total</b> .....						<b>1.413.441</b>
<b>Circulante</b> .....						<b>1.412.410</b>
<b>Não circulante</b> .....						<b>1.031</b>

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
<b>Títulos de renda fixa - Privados</b> .....	-	-	<b>228.942</b>	<b>234.698</b>		<b>234.698</b>
Certificados de depósito bancário .....	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI .....	-	-	19.187	19.283	105,74%CDI	<b>19.283</b>
Pós-fixado IPCA .....	-	-	61.785	66.281	IPCA + 7,97%a.a	<b>66.281</b>
Depósito a prazo com garantia especial do FGC .....	-	-	-	-		-
Pré-fixado .....	-	-	8.736	8.748	12,7%a.a	<b>8.748</b>
Pós-fixado CDI .....	-	-	47.145	47.203	110,67%CDI	<b>47.203</b>
Pós-fixado IPCA .....	-	-	43.153	44.003	IPCA + 7,73%a.a	<b>44.003</b>
Debêntures .....	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI .....	-	-	18.398	18.619	109,49%CDI	<b>18.619</b>
Letras financeiras .....	-	-	30.538	30.561	112%CDI	<b>30.561</b>
<b>Títulos de renda fixa - Públicos</b> .....	-	-	<b>621.952</b>	<b>626.947</b>		<b>626.947</b>
Letras financeiras do tesouro .....	-	-	426.899	426.937	SELIC	<b>426.937</b>
Notas do tesouro nacional .....	-	-	-	-		-
Série B - pós-fixado IPCA .....	-	-	195.053	200.010	IPCA + 6,06%a.a	<b>200.010</b>
<b>Quotas de fundos de investimentos</b> .....	<b>399.809</b>	<b>401.397</b>	-	-		<b>401.397</b>
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos ..	12.277	12.277	-	-		<b>12.277</b>
Quotas de fundos de investimentos exclusivos .....	355.589	357.177	-	-		<b>357.177</b>
Certificados de depósito bancário .....	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI .....	6.866	6.889	-	-	105,09%CDI	<b>6.889</b>
Debêntures .....	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI .....	293	297	-	-	103,3%CDI	<b>297</b>
Letras financeiras do tesouro .....	273.155	273.159	-	-	SELIC	<b>273.159</b>
Letras do tesouro nacional .....	-	-	-	-		-
Pré-fixado DI .....	4.528	5.043	-	-	100%CDI	<b>5.043</b>
Bônus do tesouro nacional .....	3.550	4.592	-	-		<b>4.592</b>
Notas do tesouro nacional .....	-	-	-	-		-
Série F - pré-fixado DI .....	14.934	14.934	-	-	100%CDI	<b>14.934</b>
Operações compromissadas .....	51.641	51.641	-	-		<b>51.641</b>
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos ..	671	671	-	-		<b>671</b>
Outros .....	(49)	(49)	-	-		

**6.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possui os seguintes níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluindo no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. Em 31/12/2012 e 2011, os ativos da Companhia estavam todos classificados no nível 2, de acordo com a natureza, conforme a seguir: **Nível 2: • Títulos de renda fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **• Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Letra Financeira (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDBs com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: Calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: São calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **• Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE):** São títulos pós fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **• Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; **• Quotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar controlados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos. Em 31/12/2012 e 2011 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia.

	2012	2011
<b>Ativos financeiros</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 2</b>
Valor justo por meio do resultado	338.244	401.397
Disponível para venda	1.074.166	861.645
<b>Total</b>	<b>1.412.410</b>	<b>1.263.042</b>

**7. Créditos de operações com planos de assistência a saúde: 7.1. Prêmios a receber: 7.1.1. Movimentação dos prêmios a receber:** Os prêmios a receber contêm prêmios de emissão direta, mensurados ao custo amortizado. A Companhia, basicamente, fatura mensalmente os contratos de saúde.

	Prêmios	Redução ao valor recuperável - Impairment	Total
<b>Saldo em 01/01/2011</b>	<b>77.513</b>	<b>(25.812)</b>	<b>51.701</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/constituição	4.553.518	(43.021)	4.510.497
Recebimentos/reversão	(4.529.452)	12.592	(4.516.860)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>101.579</b>	<b>(56.241)</b>	<b>45.338</b>
<b>Circulante</b>			<b>45.338</b>

	Prêmios	Redução ao valor recuperável - Impairment	Total
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>101.579</b>	<b>(56.241)</b>	<b>45.338</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/constituição	5.620.153	(57.828)	5.562.325
Recebimentos/reversão	(5.559.798)	30.241	(5.529.557)
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>161.934</b>	<b>(83.828)</b>	<b>78.106</b>
<b>Circulante</b>			<b>78.106</b>

**7.1.2. Prêmios a receber por vencimento:** Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
<b>A vencer</b>		
A vencer entre 01 e 30 dias	46.608	29.572
A vencer entre 31 e 60 dias	206	196
A vencer entre 61 e 180 dias	418	987
A vencer entre 181 e 365 dias	397	215
<b>Total</b>	<b>47.629</b>	<b>30.970</b>
<b>Redução ao valor recuperável - Impairment</b>	<b>(3.093)</b>	<b>(2.282)</b>
	<b>44.536</b>	<b>28.688</b>

Vencidos	2012	2011
Vencidos entre 01 e 30 dias	26.782	15.633
Vencidos entre 31 e 60 dias	9.813	5.110
Vencidos entre 61 e 180 dias	18.207	9.439
Vencidos entre 181 e 365 dias	14.844	9.907
Vencidos acima de 365 dias	44.659	30.520
<b>Total</b>	<b>114.305</b>	<b>70.609</b>
<b>Redução ao valor recuperável - Impairment</b>	<b>(80.735)</b>	<b>(53.959)</b>
<b>Total</b>	<b>33.570</b>	<b>16.650</b>
<b>Total prêmios a receber</b>	<b>161.934</b>	<b>101.579</b>
<b>Total redução ao valor recuperável - Impairment (a)</b>	<b>(83.828)</b>	<b>(56.241)</b>
<b>Total</b>	<b>78.106</b>	<b>45.338</b>

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vencidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias.

Descrição	2012	2011
Participação dos beneficiários em sinistros indenizados	2.654	3.079
Outros créditos de operações com resseguradoras (a)	1.239	108.525
<b>Total</b>	<b>3.893</b>	<b>111.604</b>

(a) O saldo em 31/12/2011 refere-se a assinatura de contrato de resseguro do ramo saúde grupal, encerrado em 2012. **8. Despesas de comercialização diferidas:**

	Seguro	2012	2011
<b>Saldo em 01/01/2011</b>	<b>103.409</b>		
Despesa de comercialização diferida gerada	116.054		
Amortização	(61.411)		
Cancelamento	(14.017)		
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>144.035</b>		
<b>Circulante</b>	<b>59.617</b>		
<b>Não circulante</b>	<b>84.418</b>		
<b>Seguro</b>	<b>144.035</b>		
Despesa de comercialização diferida gerada	129.315		
Amortização	(58.389)		
Cancelamento	(4.406)		
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>210.555</b>		
<b>Circulante</b>	<b>87.479</b>		
<b>Não circulante</b>	<b>123.076</b>		

As despesas de comercialização diferidas estão registradas nas rubricas "Despesas Diferidas" no ativo circulante e "Despesas de Comercialização Diferidas" no ativo não circulante. **9. Créditos tributários e previdenciários:**

	2012	2011
<b>Impostos</b>	<b>2.475</b>	<b>2.747</b>
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>2.475</b>	<b>2.747</b>

	Saldo em 01/01/2011	Consti-tuição	Realização	Saldo em 31/12/2011
<b>Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais..</b>	<b>55.197</b>	<b>26.320</b>	<b>(15.918)</b>	<b>65.599</b>
Perdas estimadas com crédito de liquidação				
duvidosa	6.745	10.179	(7)	16.917
Provisões indedutíveis	6.489	3.248	(6.400)	3.337
Participações nos lucros	1.230	1.240	(1.221)	1.249
Outros	(286)	914	(70)	558
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias ..</b>	<b>69.375</b>	<b>41.901</b>	<b>(23.616)</b>	<b>87.660</b>
<b>Crédito PIS e COFINS</b>	<b>24.597</b>	<b>7.533</b>	<b>-</b>	<b>32.130</b>
<b>Total dos créditos tributários (Nota 9)</b>	<b>93.972</b>	<b>49.434</b>	<b>(23.616)</b>	<b>119.790</b>
Atualizações de depósitos judiciais (a)	(6.864)	(9.518)	-	(16.382)
<b>Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários</b>	<b>87.108</b>	<b>39.916</b>	<b>(23.616)</b>	<b>103.408</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2011	Consti-tuição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais..	65.599	16.283	(4.468)	77.414
Perdas estimadas com crédito de liquidação				
duvidosa	16.917	14.528	(3.837)	27.608
Provisões indedutíveis	3.337	5.498	-	8.835
Participações nos lucros	1.249	1.378	(1.249)	1.378
Outros	558	348	-	906
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias .</b>	<b>87.660</b>	<b>38.035</b>	<b>(9.554)</b>	<b>116.141</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2011	Consti-tuição	Realização	Saldo em 31/12/2012
<b>Crédito PIS e COFINS</b>	<b>32.130</b>	<b>6.029</b>	<b>-</b>	<b>38.159</b>
<b>Total dos créditos tributários (Nota 9)</b>	<b>119.790</b>	<b>44.064</b>	<b>(9.554)</b>	<b>154.300</b>
Débitos tributários -				
Atualizações de depósitos judiciais (a)	(16.382)	(10.177)	-	(26.559)
<b>Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários</b>	<b>103.408</b>	<b>33.887</b>	<b>(9.554)</b>	<b>127.741</b>

## 12. Participações societárias:

Descrição	Sul América Serviços de Saúde S/A NOVA SULAMED	Sul América Santa Cruz Participações S/A SANTA CRUZ	Sul América Saúde Companhia de Seguros SULASAÚDE	Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S/A SULASEG	Total
<b>Saldo em 01/01/2011</b>	<b>72.487</b>	<b>264.102</b>	<b>44.886</b>	<b>-</b>	<b>681.475</b>
Aquisição (a)	-	-	-	65.000	65.000
Dividendos	(2.888)	(2.634)	(1.938)	-	(7.460)
Equivalência patrimonial (b)	8.036	11.088	8.614	(3.478)	24.260
Ajustes de avaliação patrimonial	-	10	(32)	256	234
<b>Saldo em 31/12/2011 (c)</b>	<b>77.635</b>	<b>272.566</b>	<b>51.530</b>	<b>61.778</b>	<b>463.509</b>
Dividendos	(778)	(1.847)	-	(3.597)	(6.222)
Equivalência patrimonial (b)	3.278	7.746	(1.382)	15.158	24.800
Ajustes de avaliação patrimonial	-	245	621	1.238	2.104
<b>Saldo em 31/12/2012 (c)</b>	<b>80.135</b>	<b>278.710</b>	<b>50.769</b>	<b>74.577</b>	<b>484.191</b>

Descrição	Sul América Serviços de Saúde S/A NOVA SULAMED	Sul América Santa Cruz Participações S/A SANTA CRUZ	Sul América Saúde Companhia de Seguros SULASAÚDE	Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S/A SULASEG (d)	Total
Ativo	127.221	490.182	183.240	4.870.117	5.560.760
Passivo	45.484	135.033	96.924	4.485.360	4.762.801
Patrimônio líquido	81.737	355.149	86.316	384.757	808.959
Receita líquida	583.961	-	278.728	548.318	1.411.007
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.344	9.887	(2,008)	78.205	89.328
Percentual de participação (%)	98,0406%	78,475%	59,0408%	19,3828%	
Valor contábil do investimento	80.135	278.710	50.769	74.577	484.191
Quantidade de ações ordinárias	2.445.325.819	4.302	2.733	5.743.173	

(a) Em 30/05/2011, a Companhia aumentou o capital da SULASEG no valor de R\$65.000, com a emissão de 5.743.173 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11,3178 por ação, na database de 30/04/2011, totalmente subscritas e integralizadas. (b) No exercício findo em 31/12/2012, a Equivalência Patrimonial de R\$24.800 (R\$24.260 em 2011), está registrada na rubrica "Resultado Patrimonial" que contempla também, outras receitas patrimoniais de R\$885 (R\$35 em 2011). (c) Em 31/12/2012 há R\$24 (R\$40 em 2011) referente a resultados fiscais.

(d) A Companhia possui influência significativa na SULASEG, com representação no Conselho de Administração e participação nos processos decisórios. Por isso, mesmo detendo menos de 20% dos direitos de voto, este investimento é classificado como uma coligada.

Descrição	Provisão para remissão	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
<b>Saldo em 01/01/2011</b>	<b>21.238</b>	<b>520.244</b>	<b>300.020</b>	<b>821.502</b>
Saúde grupal	-	1.661	4.096	5.757
Odontológico	-	1.905	1.116	3.021
<b>Total</b>	<b>21.238</b>	<b>521.905</b>	<b>304.116</b>	<b>827.259</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.486</b>	<b>513.596</b>	<b>304.116</b>	<b>826.198</b>
<b>Não circulante</b>	<b>12.752</b>	<b>8.309</b>	<b>-</b>	<b>21.061</b>

Descrição	Provisão para remissão	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
<b>Saldo em 01/01/2011</b>	<b>15.442</b>	<b>428.782</b>	<b>264.670</b>	<b>748.894</b>
Saúde grupal	-	2.294	3.760	6.054
Odontológico	-	2.946	1.938	4.884
<b>Total</b>	<b>15.442</b>	<b>431.076</b>	<b>268.430</b>	<b>714.948</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.189</b>	<b>422.717</b>	<b>268.430</b>	<b>697.336</b>
<b>Não circulante</b>	<b>9.253</b>	<b>8.359</b>	<b>-</b>	<b>17.612</b>

**13.1. Movimentação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde:**

	Provisão para remissão	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
<b>Saldo em 01/01/2011</b>	<b>532.006</b>	<b>11.829</b>	<b>-</b>	<b>543.835</b>
Aviamentos / Alterações	3.497.290	3.613	-	3.500.903
Pagamentos	(3.230.659)	-	-	(3.230.659)
Correção monetária / Juros	797	-	-	797
Variação do IBNR / IBNC	(99.928)	-	-	(99.928)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>699.506</b>	<b>15.442</b>	<b>714.948</b>	<b>1.430.000</b>

	Provisão para remissão	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Total
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>699.506</b>	<b>15.442</b>	<b>5.796</b>	<b>720.744</b>
Aviamentos / Alterações	4.138.650	5.796	-	4.144.446
Pagamentos	(4.048.778)	-	-	(4.048.778)
Correção monetária / Juros	957	-	-	957
Variação do IBNR / IBNC	35.686	-	-	35.686
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>826.021</b>	<b>21.238</b>	<b>847.259</b>	<b>1.694.518</b>

**16. Partes relacionadas: 16.1. Transações:** As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo 2012	2011	Passivo 2012	2011	Receita 2012	2011	Despesa 2012	2011
Sul América S.A. (a) (b) (c) (d)	Controladora Direta	Sulasapar Participações S.A.	-	-	9.690	5.648	-	-	-	-
Saepar Serviços e Participações S.A. (d) (e)	Indireta	Sul América S.A.	43	65	5	-	361	446	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b) (d) (e)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	33	16	67.208	52.950	196	189	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (d) (h) (i)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	2	-	59	185	99	-	(2.248)	(1.895)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (d) (e) (g) (h)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	5.656	3.328	-	81	472	604	(774)	(568)
Sul América Companhia Nacional de Seguros (d) (e) (h)	Controladora	Saepar Serviços e Participações S.A.	157	-	4.593	4.389	414	276	(12.565)	(11.274)
Sul América Seguro Saúde S.A.	Indireta	Sul América Seguro Saúde S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul América Saúde Companhia de Seguros (d)	Controlada	Sul América Seguro Saúde S.A.	1.939</							

Descrição	2011	
	Depósitos judiciais e fiscais	Obrigações fiscais
<b>Fiscais:</b>		
COFINS	150.508	137.158
PIS	14.420	10.778
Contribuição social	63.630	59.185
Imposto de renda	35.979	37.851
Outros	4.148	359
<b>Previdenciárias:</b>		
INSS	89.303	387
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações trabalhistas	6.691	-
Ações cíveis	8.579	-
Outras ações	-	-
<b>Total</b>	<b>370.255</b>	<b>245.718</b>
<b>Circulante</b>	<b>9.468</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante (a)</b>	<b>370.255</b>	<b>245.178</b>

(a) O saldo da rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher" no passivo não circulante, é composto por obrigações fiscais e parcelamento REFIS (nota 19).

**18.1. Movimentação das provisões para ações judiciais**

Descrição	Saldo em 01/01/2011		Atualização monetária	Pagamentos/ (Baixas)	Saldo em 31/12/2011
	Adições	Subtrações			
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis	21.969	29.302	5.896	(14.838)	42.329
Trabalhistas	4.471	1.250	216	(2.833)	3.104
Outros	2.599	5.514	-	(4.760)	3.353
<b>Tributárias:</b>					
PIS	13.566	-	965	(3.753)	10.778
COFINS	138.426	11.973	11.180	(24.421)	137.158
CSLL	37.692	23.845	4.361	546	66.444
Imposto de renda	25.561	8.019	2.569	1.707	37.856
Outros	16.310	512	1.197	(5.881)	12.138
<b>Previdenciárias:</b>					
INSS	11.958	1.668	531	(12.690)	1.467

Descrição	Saldo em 31/12/2011		Atualização monetária	Pagamentos/ (Baixas)	Saldo em 31/12/2012
	Adições	Subtrações			
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis	42.329	3.877	2.078	(18.690)	44.408
Trabalhistas	3.104	8.691	1	(930)	6.052
Outros	3.353	2.862	1.485	(2.700)	5.000
<b>Tributárias:</b>					
PIS	10.778	-	537	-	11.315
COFINS	137.158	14.420	8.238	-	158.538
CSLL	66.444	23.830	5.204	-	95.478
Imposto de renda	37.856	9.295	2.734	(176)	49.709
Outros	12.138	897	288	(1.213)	12.110
<b>Previdenciárias:</b>					
INSS	1.467	-	49	(40)	1.476

**18.2. Ações fiscais:** As principais ações fiscais da Companhia em 31/12/2012 e 2011 são: (a) **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998 que instituiu o recolhimento da contribuição social e, em 11/12/2012, a Companhia passou a recolher a COFINS à alíquota de 3% sobre a receita de sua atividade, preferida e adicional de 1%, baseada na decisão parcialmente favorável proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à sua controladora indireta SALIC. No que tange a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, a Companhia vinha provisionando integralmente os valores questionados e, com base nessas decisões suspendeu o depósito judicial a partir de julho de 2007. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009 que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou a partir da competência junho de 2009, a provisionar a contribuição somente sobre a receita de sua atividade de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda em relação à incidência da COFINS sobre a receita da atividade de seguro, e remota a perda em relação à incidência da COFINS sobre outras receitas. (b) **PIS:** A Companhia questiona a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.710/1998 e 9.718/1998, e vinha depositando judicialmente os valores exigidos. No período compreendido entre 1999 e dezembro de 2006, a Companhia efetuou recolhimentos nos termos determinados pela Lei Complementar nº 7/1970 (PIS Repique). A partir de janeiro de 2007, a Companhia passou a recolher o PIS sobre a receita das atividades de depositando e provisionando a contribuição sobre outras receitas e, com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou, a partir da competência junho de 2009, a não mais depositar e provisionar a contribuição sobre outras receitas. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda referente ao PIS com base na receita das atividades de seguros e remota a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas). (c) **INSS:** A Companhia vem questionando e depositando judicialmente, a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e regulamentada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguro, não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando dessa forma fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontram-se com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionando em sua totalidade. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. (d) **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados, tendo imputado mandato de segurança. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda na demanda. **18.3. Contingências:** A principal contingência da Companhia em 31/12/2012 e 2011 é referente ao INSS e à Companhia vem questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços médicos, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. A Companhia aguarda o julgamento do recurso de apelação. Os advogados que patrocinam a causa reputam como remota a perda da demanda. **18.4. Ações fiscais oriundas da incorporação da Sul América Serviços Médicos S.A.** Em função da cisão total seguida de incorporação de parcela remanescente da Sul América Serviços Médicos S.A., a Companhia sucedeu a sociedade extinta nas seguintes causas: (a) **Imposto de renda:** A partir de 01/01/1997, com a publicação da Lei nº 9.316/1996, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível em sua própria base de cálculo e na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da mencionada alteração, a extinta Sul América Serviços Médicos S.A., vinha questionando judicialmente a legalidade desta Lei e, deduzindo a contribuição social da base de cálculo do imposto de renda, amparada por liminar com depósito judicial. Os valores questionados sucedidos pela Companhia estão contabilizados integralmente. Os advogados que patrocinam a causa, reputam como provável a perda da demanda. As demandas judiciais relativas à IRPJ vêm sendo provisionadas de acordo com a expectativa de perda da demanda. (b) **ISS:** Em função da cisão total seguida de incorporação de parcela remanescente da Sul América Serviços Médicos S.A., a Companhia sucedeu a sociedade extinta na ação ordinária anulatória de débito fiscal contra o município de Recife, com pedido de depósito judicial, por discordar da autuação, que descharacterizou o seu estabelecimento (escritório de contato) que servia de relacionamento com seus usuários de plano de assistência médica, tipificando-a como prestadora de serviços de plano de saúde, baseado na Lei Municipal nº 15.029/1987. Os valores questionados estão provisionados integralmente. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. O município do Rio de Janeiro ajuizou execução fiscal contra a Companhia, não reconhecendo seu estabelecimento como escritório de contato e tipificando-a como prestadora de serviços, estando o processo aguardando o término da diligência. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. Os valores questionados estão provisionados de acordo com a expectativa de perda da Administração. **19. Refinanciamento fiscal - REFIS:** A Companhia aderiu ao Refinanciamento Fiscal - REFIS, e parcelou valores devidos relativos à IRPJ, CSLL, INSS, os quais se encontravam em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante das obrigações incluídas no REFIS foi de R\$6.689 (líquido da redução de multa de 50%). O parcelamento prevê o pagamento dos mencionados tributos e contribuições em até 180 parcelas iguais e mensais, conforme montante e prazos previstos na legislação vigente, com vencimento final até 30/06/2013, conforme o número de meses da opção, atualizadas com base na variação da TJLP. Em 31/12/2012, as obrigações estão contabilizadas na rubrica "Tributos e Encargos Sociais a Recolher" no passivo circulante, no montante de R\$148 (R\$1.081 em 2011) e em 31/12/2011, na rubrica "Tributos e Contribuições a Re-

colher", no passivo não circulante, no montante de R\$540. **20. Débitos diversos**

Descrição	2012	2011
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 21.6)	66.398	52.947
Outras obrigações com pessoal	47.170	41.281
Depósitos de beneficiários e de terceiros (Nota 20.1)	49.653	44.090
Honorários a pagar	13.219	12.342
Outros débitos a pagar	42.430	23.687
<b>Total</b>	<b>218.870</b>	<b>174.347</b>
<b>Circulante</b>	<b>207.389</b>	<b>162.755</b>
<b>Não circulante</b>	<b>11.481</b>	<b>11.592</b>

**20.1. Depósitos de terceiros:** Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, aos prêmios recebidos cujas apólices ainda não foram emitidas e às parcelas ainda não baixadas de prêmios a receber. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

Descrição	Prêmio direto	
	2012	2011
De 01 a 30 dias	6.383	5.487
De 31 a 60 dias	1.558	591
De 61 a 120 dias	610	2.278
De 121 a 180 dias	420	653
De 181 a 365 dias	184	44
Acima de 365 dias	113	101
<b>Subtotal</b>	<b>9.268</b>	<b>9.154</b>
<b>Recebimento antecipado</b>	<b>40.385</b>	<b>34.936</b>
<b>Total</b>	<b>49.653</b>	<b>44.090</b>

**21. Patrimônio Líquido: 21.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2012 e 2011 é de R\$600.000, constituído por 14.466.477 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. De acordo com o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. **21.2. Reserva de capital:** Refere-se ao ágio apurado na aquisição, em 08/07/2010, de ações representativas de 49,92% no capital da Sul América Saúde Companhia de Seguros (nova denominação da Brasilsaúde Companhia de Seguros), quando passou a deter a totalidade do seu capital. **21.3. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **21.4. Reserva estatutária:** Constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, não podendo exceder o montante do capital social, e tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar em condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalização ou para distribuição de dividendos aos acionistas. **21.5. Ajustes de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" considera, conforme legislação vigente, principalmente os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **21.6. Distribuição do resultado:**

	2012	2011
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições</b>	<b>433.053</b>	<b>364.427</b>
(-) Impostos e contribuições	(136.256)	(127.560)
(-) Participações no resultado	(17.225)	(13.932)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>279.572</b>	<b>222.935</b>
(-) Constituição da Reserva Legal (5%)	(13.979)	(11.141)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>265.593</b>	<b>211.788</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
25% do lucro líquido ajustado	66.398	52.947
<b>(-) Juros s/capital próprio líquido a ser considerado nos dividendos obrigatórios</b>	<b>59.500</b>	<b>-</b>
Bruto	70.000	-
Imposto de renda	(10.500)	-
<b>Saldo a pagar - Dividendos obrigatórios</b>	<b>6.898</b>	<b>52.947</b>
<b>Destinação:</b>		
<b>Constituição de reserva estatutária</b>	<b>188.695</b>	<b>158.841</b>
Expansão dos negócios (71,25% do lucro líquido do exercício)	188.695	158.841

**22. Detalhamento das contas de resultado: 22.1. Prêmios retidos**

Descrição	2012	2011
Prêmios emitidos	5.493.017	4.785.022
Prêmios cancelados e restituídos	(2.291)	(3.356.339)
<b>Total</b>	<b>5.492.726</b>	<b>4.449.683</b>

**22.2. Sinistros conhecidos ou avisados**

Descrição	2012	2011
<b>Assistência médico hospitalar</b>	<b>(4.630.151)</b>	<b>(3.887.675)</b>
Consultas	(632.373)	(521.092)
Exames	(1.082.228)	(888.768)
Interações	(2.313.440)	(1.944.959)
Outros	(602.110)	(532.856)
<b>Assistência odontológica</b>	<b>(32.608)</b>	<b>(32.342)</b>
<b>Total</b>	<b>(4.662.759)</b>	<b>(3.920.017)</b>

**22.3. Resultado de resseguro**

Descrição	2012	2011
Indenizações e sinistros de resseguros	28.595	108.296
Prêmios de resseguros	(26.579)	(99.642)
<b>Total</b>	<b>2.016</b>	<b>8.654</b>

**22.4. Despesas de comercialização**

Descrição	2012	2011
<b>Comissões:</b>		
Sobre prêmios diretos	(324.617)	(327.396)
Sobre agenciamento	(129.315)	(116.054)
Cancelamentos e amortização líquida do diferimento	31.526	74.324
<b>Total</b>	<b>(422.406)</b>	<b>(369.126)</b>

**22.5. Despesas administrativas**

Descrição	2012	2011
<b>Pessoal próprio (a), (c)</b>	<b>(181.871)</b>	<b>(163.342)</b>
Serviços de terceiros	(60.184)	(46.497)
Localização e funcionamento	(55.507)	(53.161)
Despesas com publicidade e propaganda	(22.228)	(32.647)
Despesas com tributos (b)	(3.468)	25.375
Outras	(10.865)	(6.271)
<b>Total</b>	<b>(334.123)</b>	<b>(276.543)</b>

(a) No item Pessoal Próprio, estão incluídas as remunerações, benefícios e os encargos de administradores (vide nota 16.2). (b) Em 2011 foi revertida pro-encargos de ação fiscal, proveniente de mudança no status de processo. (c) Em 31/12/2012 e 2011, os benefícios aos funcionários estão representados por:

Descrição	2012	2011
Vale alimentação, refeição e transporte	(18.338)	(15.878)
Seguro saúde e odontológico	(2.977)	(6.397)
Previdência privada	(1.720)	(1.547)
Treinamento	(2.263)	(1.089)
Outros	(2.502)	(1.940)
<b>Total</b>	<b>(27.800)</b>	<b>(26.851)</b>

**22.6. Outras despesas operacionais**

Descrição	2012	2011
Despesas com pró-labore	(78.825)	(63.362)
Despesas com serviços técnicos	(7.014)	(6.672)
Despesas com operações de seguros	(14.481)	(4.814)
Constituição de provisão para ações judiciais cíveis e outras operações de seguros	(6.423)	(18.590)
Reversão da provisão para riscos sobre crédito	(36.253)	(25.584)
Outros	(4.792)	(5.535)
<b>Total</b>	<b>(147.788)</b>	<b>(124.557)</b>

**22.7. Resultado financeiro líquido**

Descrição	2012	2011
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>125.230</b>	<b>146.865</b>
Valor justo por meio do resultado	38.042	40.885
Disponível para venda	87.188	94.622
Mantido até o vencimento	-	11.158
<b>Operações de seguros</b>	<b>16.133</b>	<b>15.381</b>
<b>Atualização monetária e juros da provisão de provisões para ações judiciais e obrigações fiscais</b>	<b>3.642</b>	<b>(1.769)</b>
<b>Outros</b>	<b>1.668</b>	<b>5.462</b>
<b>Total</b>	<b>146.673</b>	<b>165.739</b>

**22.8. Receitas financeiras**

Descrição	2012	2011
Valorização de quotas de fundos de investimentos	67.827	50.814
Títulos de renda fixa - Privados	25.503	24.371
Títulos de renda fixa - Públicos	63.340	82.052
Operações de seguros	17.321	16.840
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	26.320	26.414
Outras	4.098	6.595
<b>Total</b>	<b>204.409</b>	<b>207.866</b>

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e aos Administradores da Sul América Seguro Saúde S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sul América Seguro Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Seguro Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2013.

**KPMG** KPMG Auditores Independentes Carlos Eduardo Munhoz  
CRC SP-014428/O-6-F-RJ Contador CRC 1SP138600/O-7

**22.9. Despesas financeiras**

Descrição	2012	2011
Operações de seguros	(1.188)	(1.459)
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(31.440)	(10.572)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a monetária e obrigações judiciais, provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	(22.678)	(28.183)
Outras	(2.430)	(1.133)
<b>Total</b>	<b>(57.736)</b>	<